

# FORMAÇÃO, ALCANCE E EMBARAÇOS DA ARQUEOLOGIA DO SABER: A POLÍTICA DAS *RELAÇÕES* NAS CONDIÇÕES HISTÓRICAS DE POSSIBILIDADE

Fillipa Carneiro Silveira<sup>1</sup>

Resumo: Neste artigo, proponho a análise de alguns momentos da produção de Foucault nos quais se expressa uma forma de direcionamento da reflexão sobre a verdade para as *relações* entre elementos homogêneos ou heterogêneos nela implicados. Tal direcionamento aponta para o desenvolvimento de uma política da verdade que, no entanto, está presente já na produção do período arqueológico. Num primeiro momento, exponho os termos de uma viragem no contexto de formação do método arqueológico, bem como a dispersão dos ditos “operadores de síntese” em “regularidades discursivas”. Tais questões, de um lado, tornam visível a complexa trama da “política enunciativa” intrínseca aos discursos, mas, de outro, resultam em embaraços inerentes ao esforço arqueológico, movimento que se repete na recusa do modelo jurídico-discursivo por parte da Genealogia do Poder. Passo, então, ao exame dessa repetição, expondo em que sentido o poder, compreendido antes como *relação* que como propriedade, repete o direcionamento da questão para a exterioridade e as regularidades das práticas discursivas. Por fim, exponho algumas considerações sobre o campo moral das *relações* empreendidas pelo sujeito consigo mesmo na ética do cuidado de si, que passa ao largo do modelo da interdição no cerne da problematização moral. Todos esses movimentos são expressivos de uma história do presente cuja forma de deslocamento da verdade revela seu potencial crítico e seu alcance, mas também certos embaraços e dificuldades.

Palavras-chave: Foucault – arqueologia do saber – poder – relações – história do presente.

## INTRODUÇÃO

A tomar por significativas as referências biográficas sobre Michel Foucault, é possível vislumbrar a influência de profundas inquietudes de cunho pessoal/ existencial no contexto que antecede a formação de sua arqueologia do saber, o que torna sua produção uma forma de insurgência política. Sua obra se desenrola na constatação de uma política da verdade que se apresenta já no contexto de formação da crítica histórica. Se a genealogia desenvolveu ulteriormente e expressamente o problema do poder que perpassa as práticas discursivas, não é menos notável uma *política dos enunciados* subjacente à análise da formação de suas condições históricas de possibilidade. E essa política de enunciados revela algo de uma postura de insurreição diante de formas normalizadas e instituídas de saber. Tal insurreição se expressa na estranha forma (estranha a uma apreensão tradicional da política) de remissão do saber às *relações* nas quais se encontra implicado.

Neste artigo, proponho a análise de alguns momentos da produção de Foucault nos quais se expressa uma forma de direcionamento da reflexão sobre a verdade para as *relações*

---

<sup>1</sup> Professora do Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia. Endereço eletrônico: fillipasilveira@gmail.com.

entre elementos homogêneos ou heterogêneos nela implicados. A interrogação dirigida às relações diz respeito a uma ênfase no *modo* e nas *formas* de constituição histórica de fenômenos que tornam mais complexos e intrincados os termos de uma política da verdade. Ela encontraria lugar, inclusive, na obra que leva o nome do método, e cuja publicação completa 50 anos em 2019.

Num primeiro momento, exponho os termos de uma viragem no contexto da formação do método arqueológico, quando Foucault se ocupava mais vivamente dos problemas da doença mental e da psicologia. Identifico ali que, tanto no contexto da formação do método como na publicação da *Arqueologia do saber*, uma certa política da verdade já estava instaurada. Em seguida, passo a algumas considerações sobre a recusa do modelo jurídico-discursivo do poder contra o qual se erige a genealogia das relações de saber-poder e das formas de governo. Por fim, exponho algumas considerações sobre o campo moral das *relações* empreendidas pelo sujeito consigo mesmo na ética do cuidado de si, que passa ao largo do modelo da interdição no cerne da problematização moral, bem como daquele relativo às práticas de decifração de si.

O propósito aqui não é o de afirmar uma homogeneidade da obra ou propor um fio condutor comum, imanente à produção de Foucault em geral, por isso mesmo as análises não se pretendem exaustivas. Intento, antes, experimentar, a partir de ângulos distintos, o alcance e os limites da condução da crítica história nos termos da *relação*, mostrando em que sentido ela está, desde o início, implicada num movimento de problematização política que encontra, num mesmo movimento, a ampliação de seu alcance político e os limites de sua problematização.

## 1. A CRÍTICA HISTÓRICA E A DISPERSÃO DOS “OPERADORES DE SÍNTESE” NAS *RELAÇÕES* E REGULARIDADES DISCURSIVAS

Foucault, desde muito cedo, ocupou-se em estudar a psicopatologia<sup>2</sup>, opondo-se às formas do tratamento medical da doença mental. Antes da formação dos argumentos sobre a constituição histórica da subjetividade – que ele dirá futuramente ter sido o grande motor de toda sua obra<sup>3</sup> –, em *Doença mental e personalidade*<sup>4</sup>, defendeu que a doença mental diria muito mais respeito a uma “reação geral do indivíduo tomado em sua identidade fisiológica e psicológica”<sup>5</sup> do que a um transtorno a ser tratado medicalmente, segundo a apreensão epistêmica e terapêutica da medicina orgânica.

Afirmou, ainda, o caráter mítico do esforço em se considerar a patologia como uma espécie de “fenômeno unitário”, envolvendo a realidade orgânica e psíquica do ser humano,

---

<sup>2</sup> Tendo obtida a *licence* em filosofia, Foucault se dirigia ao campo da psicologia, tendo se diplomado em psicologia patológica pelo Instituto de Psicologia de Paris. Cf. ERIBON, *Michel Foucault*, p. 75-76 e 80 – 85.

<sup>3</sup> “Eu gostaria de dizer, antes de mais nada, qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos”. FOUCAULT, O sujeito e o poder. In: DREYFUS, RABINOW. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*, p. 231.

<sup>4</sup> Publicado novamente com modificações em 1962, sob o título *Doença mental e psicologia*.

<sup>5</sup> FOUCAULT, *Maladie mentale e personnalité*, p. 11.

“ainda que a unidade do corpo e do espírito *seja da ordem da realidade*”<sup>6</sup>. Uma radical modificação no olhar dirigido a esses temas e problemas resultará na colocação da questão noutros termos<sup>7</sup>, que seguramente apontam para a visada “política” segundo a qual ela é agora considerada. O desenvolvimento da crítica das condições históricas de possibilidade em Foucault está marcado por este cunho político, ainda que até então não tenha sido escrita uma única linha sobre relações de poder. Isso se expressa na contestação dos ditos “operadores de sínteses” discursivos, tais como o sujeito e o objeto do discurso e sua pretensa “racionalidade imanente”. Foucault realiza o que poderíamos chamar de uma “dissolução” desse caráter aglutinador nas relações estabelecidas por discursos e práticas discursivas que constituem as condições de possibilidade históricas desses mesmos operadores de síntese. Essas relações entre elementos homogêneos ou heterogêneos (processos econômicos e sociais, tipos de classificação, modos de caracterização, etc.)<sup>8</sup> não diriam respeito ao sentido imanente desses elementos aglutinadores, apontando antes para o sentido histórico de sua formação. Com isso, destitui-se a função soberana do sentido imanente atribuído ao conteúdo do discurso para o caráter (quase) formal – uma vez que é histórico – da *relação* na qual ele se encontra inserido. Observar detidamente este movimento pode ter desdobramentos mais complexos e relevantes que a mera constatação da presença marcante da leitura dos textos de Nietzsche<sup>9</sup> e do importante papel que ela teria aí desempenhado.

Não precisaremos aguardar as pesquisas sobre a constituição coetânea das formas jurídicas modernas, do dispositivo da prisão e do advento das ciências humanas em *Vigiar e punir* para encontrar, no interior dos argumentos sobre o *acontecimento* discursivo e da soberania fundadora do sujeito, os termos insurrectos de uma denúncia à conversão de comportamentos humanos em doença e desvio, por parte das práticas discursivas da psicologia. Se a própria noção de soberania será futuramente preterida, em favor da análise das condições históricas de formação das práticas jurídicas modernas, é porque, na constatação da formação dessas práticas, já está presente uma crítica insurgente que, no entanto, apenas pode se desenrolar na forma inaudita da descrição, da *relação*, do *acontecimento*. A crítica das condições históricas de possibilidade encontra, na consideração de relações não unilaterais, ainda que regulares, entre enunciados e práticas, o instrumento desarticulador da cômoda postura assumida no discurso por termos como a “intenção do sujeito”, seu espírito, sua *consciência*<sup>10</sup>, seu *estilo*, como também o *objeto*, os *temas*<sup>11</sup> e sua *origem*.

Subjaz à crítica da noção de consciência uma questão de ordem político-discursiva que, de um lado, subverte a história da filosofia onde ela se teria encontrado de forma mais sólida, mas não apenas por uma razão epistêmica: é que nessa forma de soberania do sujeito

---

<sup>6</sup> FOUCAULT, Op. Cit., p.12.

<sup>7</sup> No prefácio original à *História da sexualidade*, Foucault explicita os termos de uma modificação de seu projeto voltado a “pensar a própria historicidade das formas de experiência” e operar “um deslocamento com relação ao domínio, aos conceitos e aos métodos da história das sociedades” [traduções minhas]. FOUCAULT, [1984] Préface à l’Histoire de la sexualité. In: *Dits et écrits II (1976-1988) Dits et écrits II*, p. 1398.

<sup>8</sup> Cf. FOUCAULT, *Arqueologia do saber*, p. 53-55.

<sup>9</sup> Cf. FOUCAULT, Le retour de la morale. In: *Dits et écrits II*, p. 1522.

<sup>10</sup> Cf. FOUCAULT, *Arqueologia do saber*, p. 35.

<sup>11</sup> Cf. FOUCAULT, Op. Cit., p. 38-48.

reside a colocação imperiosa de uma “polícia discursiva”<sup>12</sup>. A arqueologia do saber encontra nessa identidade a matriz de um mito fundador, colonizador, antropologizador e normalizador das relações possíveis dos sujeitos com o saber, expressas e assentadas na noção de continuidade histórica<sup>13</sup>.

Sabemos que, posteriormente, a objeção às narrativas antropologizantes e o anúncio da “morte do homem” ecoarão na explanação mais geral sobre as relações de saber/ poder de que a antropologização dos saberes seria o efeito, saberes esses cujos “enunciados escolheram como ‘objeto’ o sujeito dos discursos (seu próprio sujeito) e que se dispuseram a desenvolvê-lo como campo de conhecimentos”<sup>14</sup>.

Ao se distanciar de uma forma de problematização que aproximava a questão da doença e da loucura à miséria, aos conflitos sociais ou ao domínio existencial, Foucault desarticula a unilateralidade da relação “sujeito-objeto”, que é também uma forma de cristalização do tipo “agente responsável-vítima”, “causador-causa”. A coisa se torna então muito mais complexa, uma vez que temos de abrir mão de uma forma usual e cômoda do pensamento que identifica, na nossa forma de vida atual e seus problemas, a causa, o responsável, o “mal a ser expurgado”. Em vez disso, Foucault questiona: *como foi possível que tenhamos chegado a assumir essa forma de tratamento de nós mesmos?* Essa parece ser a formulação genérica da questão de fundo de uma história do presente cujos movimentos iniciais a arqueologia do saber já comporta. É na constituição dessa questão que se registra a renúncia à noção de *personalidade*, antes inserida na análise empreendida: há algo de politicamente imperioso e assujeitador na atribuição de uma “realidade interna” e outra “externa” aos sujeitos humanos. Há algo de ainda mais assujeitador na constatação de uma identidade possível entre as duas. E isso vai de par com a permanência, num tempo contínuo, de uma consciência trans-histórica.

As autodesignadas formas de emancipação humana, ao necessitarem de uma força de reunião discursiva como o próprio homem, sua consciência, o autor e sua intenção, a classe e seu objetivo, o doente e o diagnóstico, não estão isentas de uma forma de exercício de poder que, no interior da arqueologia do saber, aparece sob a forma de *positivação*. Positivar o que se assume na condição de negatividade revela o contraditório esforço dos saberes em busca da soberana posição de ciência (medicina, psicologia e seus “vaivéns” na admissão de pressupostos empíricos e experimentais, instituindo “quase transcendental” que caracterizaria a doença, a cura, a saúde)<sup>15</sup>. Em *A pesquisa científica e a psicologia*<sup>16</sup>, Foucault coloca os termos de uma política da verdade no âmbito deste saber:

---

<sup>12</sup> FOUCAULT, A ordem do discurso, p. 35.

<sup>13</sup> Cf. FOUCAULT, *Arqueologia do saber*, p. 15.

<sup>14</sup> FOUCAULT, Op. Cit., p. 37.

<sup>15</sup> Aqui se destaca o envolvimento com o pensamento de Georges Canguilhem presente tanto nas análises de *O nascimento da clínica* como, de forma mais detida, em *La vie, l'expérience et la Science*. FOUCAULT [1985], 2001, p.1582-1595. Em ambos os casos, desenrola-se uma implicação das relações entre filosofia e medicina, filosofia e vida, e a presença e um problema antropológico envolvido nos processos de gestão dos saberes sobre o corpo como na intervenção nos processos patológicos de que o corpo humano é acometido.

<sup>16</sup> p.182.

[...] compreende-se porque a reivindicação de uma positividade pertence às escolhas originárias da psicologia; ela não se inscreve naturalmente no *desenvolvimento espontâneo* da ciência, da pesquisa e da técnica. A opção de positividade é necessariamente prévia, como condição de possibilidade de uma verdadeira psicologia que seja, ao mesmo tempo, uma psicologia verdadeira. Mas sendo ela reivindicação de uma positividade do homem no nível mesmo em que ela faz uma experiência de sua negatividade, a psicologia só pode ser o inverso negativo e mitológico de uma prática real, de um lado e, de outro, a imagem reversa onde se revela e se esconde ao mesmo tempo um saber efetivo<sup>17</sup> [tradução e grifo meus].

As dificuldades na posituação da psicologia residem na própria impossibilidade de reunir teoria, pesquisa e prática em torno da negatividade intrínseca de seu objeto – a ausência de caráter positivo do “interior” do homem ou de sua natureza – e isso se revela na própria prática psicológica. De modo que a confrontação mesma das teorias psicológicas com as práticas humanas se converte num exame da negatividade do homem erigido à condição de positividade. Encontram-se aí as bases de argumentos que serão desenvolvidos ulteriormente, como o *círculo antropológico* em *História da loucura* (1961) e o anúncio da morte do homem em *As palavras e as coisas* (1966). Aqui, mais especificamente, os conceitos de *épistémè* e de *a priori* histórico operam o movimento de condução do saber à constatação das condições de possibilidade das relações em torno das quais se assentam e legitimam os saberes – a experiência nua da ordem. “*Que há ordem*” é a efetiva e sumária constatação da arqueologia do saber, apontando para uma circunscrição prévia, já dada em toda configuração de relações entre saberes que partilham códigos ordenadores semelhantes<sup>18</sup>, não se restringindo ao sentido do que pode ou não ser dito, mas daquilo que se inscreverá “no verdadeiro”, como afirmará nosso autor na *Ordem do discurso*<sup>19</sup>.

Tudo isso constitui, de certa forma, os desdobramentos da *Arqueologia do saber*, onde toda essa problemática redundando na questão da *relação* ou das relações concernentes ao problema das *regularidades discursivas*. A remissão a esse nível quase “formal” da *relação* desempenha o papel de dispersão das formas constituintes e das narrativas globais como elementos aglutinadores dos enunciados e discursos. É nesse sentido que nossos saberes caracterizam-se menos pelos objetos dos quais se ocupam do que pela *maneira* como o fazem:

Se, em nossa sociedade, em uma época determinada, o delinquente foi psicologizado e patologizado, se a conduta transgressora pôde dar lugar a toda uma série de objetos de saber, deve-se ao fato de que, no discurso psiquiátrico, foi empregado um conjunto de relações determinadas. Relação entre planos de especificação, como as categorias penais e os graus de responsabilidade diminuída, e planos psicológicos de caracterização (as faculdades, as aptidões, os graus de desenvolvimento ou de involução, os modos de reagir ao meio, os tipos de caracteres, adquiridos, inatos ou hereditários). Relação entre a instância de decisão médica e a instância de decisão

---

<sup>17</sup> FOUCAULT, *A pesquisa científica e a psicologia*, p. 182.

<sup>18</sup> Relações que tornaram este texto o que mais comumente foi aproximado ao procedimento estruturalista.

<sup>19</sup> Cf. FOUCAULT, *A ordem do discurso*, p. 34.

judiciária (relação complexa, para dizer a verdade, já que a decisão médica reconhece totalmente a instância judiciária para a definição do crime, o estabelecimento das circunstâncias em que se deu e a sanção que merece, mas se reserva a análise de sua gênese e a estimativa da responsabilidade envolvida). Relação entre o filtro constituído pela interrogação judiciária, as informações policiais, a investigação e todo o aparelho de informação jurídica, e o filtro constituído pelo questionário médico, os exames clínicos, a pesquisa dos antecedentes e as narrações biográficas. Relação entre as normas familiares, sexuais, penais, do comportamento dos indivíduos, e o quadro dos sintomas patológicos e doenças de que eles são os sinais. Relação entre a restrição terapêutica no meio hospitalar (com seus limiares particulares, seus critérios de cura, sua maneira de delimitar o normal e o patológico) e a restrição punitiva na prisão (com seu sistema de castigo e de pedagogia, seus critérios de boa conduta, de recuperação e de libertação)<sup>20</sup>.

Ocorre que essas colocações trazem consigo um incômodo terrivelmente ambíguo: de um lado, essa condução à *relação* e a essas regularidades *externas ao próprio discurso* amplia enormemente a leitura política dos esforços de legitimação dos discursos e de formas autolegitimadoras de intervenção no curso da vida dos indivíduos. Abala profundamente, por meio da evidenciação do próprio processo, o esforço de legitimação subjacente às aglutinações teóricas do objeto, do tema, da intenção, da consciência. A coisa fica assim um tanto mais complexa: apontar que esta ou aquela forma de saber ou prática alcançou sua verdade no livre e espontâneo uso da linguagem para registrar suas descobertas e progressos é ignorar suas inúmeras linhas de especificação, de delimitação e demarcação de superfícies, seus “*regimes de existência*”<sup>21</sup>, que renderam a estes discursos o epíteto da legitimidade. Há toda uma política enunciativa que não pode esgotar sua complexidade no tema em questão, no objeto de análise, na intenção do sujeito, no desejo consciente ou inconsciente da classe.

De outro, porém, restando-nos apenas relações e sua descrição possível, que novas formas de insurgência política ou discursiva poder esperar de uma tal constatação da política da verdade? A identificação das estratégias discursivas deixa-nos diante dos embaraços inerentes ao esforço arqueológico, por não encontrar, do outro lado, a abertura de um campo político de pensamento e condução possíveis. Um positivismo cínico e (in)feliz? Um niilismo estagne? A consideração do caráter inerte da crítica parece incompatível com a potência desarticuladora dos regimes e da vontade de verdade desmascarada em sua “riqueza, universalidade e fecundidade”<sup>22</sup>.

## 2. RECUSA DO MODELO JURÍDICO-DISCURSIVO NAS *RELAÇÕES* DE PODER

O argumento decisivo e vigente durante a década de 70, de que o poder deva ser pensado antes como relação que como propriedade repete o encaminhamento da exterioridade e a questão das regularidades discursivas. Afinal, trata-se justamente de tornar

---

<sup>20</sup> FOUCAULT, *Arqueologia do saber*, p. 53.

<sup>21</sup> FOUCAULT, Op, Cit., p 50.

<sup>22</sup> FOUCAULT, *A ordem do discurso*, p. 20.

patente a capilaridade do exercício do poder, intrincado nas formações e práticas discursivas. Os regimes de vontade de verdade só podem ser evidenciados por meio dos princípios de *inversão*, de *descontinuidade*, de *especificidade* e *exterioridade* que deverão orientar a pesquisa genealógica<sup>23</sup>. Ou seja, para além da “interdição pura e simples”, o ordenamento discursivo se revela como algo extremamente mais complexo, envolvendo exercício de poder ali onde havíamos naturalizado a operação de sínteses e aceitado a “elevação espontânea” das verdades.

Com a atenção voltada ao tribunal, ao Estado ou à instituição policial, perdemos de vista a dinâmica mais abstrusa da política da verdade, que nos enquadra num determinado ponto da rede de sustentação das relações de saber-poder e cuja expressão reside não nos códigos e constituições, mas no caráter *difuso* de uma tecnologia política<sup>24</sup>. A “malha” dessa tecnologia política forja os indivíduos numa cultura, de modo que, formatados por essa aparentemente “evidente” distribuição unilateral do poder, já não vislumbram os processos de naturalização e legitimação de seu exercício. Esse obscurecimento dos efeitos do poder torna-o cada vez mais forte, mais poderoso, e se sustenta justamente no cristalizado reconhecimento da unilateralidade dessas relações: que o poder seja sempre de um *Outro*. Que reconhecer-se como estando despossuído do poder é a condição da insurgência.

Romper com o “quem”, com a causa, a origem, o “motor”, com a “razão”, apontando para a relação não significa, no entanto, desvincular a trama dos discursos e práticas de um enredo político. Ao contrário, como vimos, a relação implicada na crítica das condições de possibilidade da forma mesma como legitimamos e aceitamos o exercício de poder é da ordem de uma política da verdade:

Temos em suma que admitir que esse poder se exerce mais que se possui, que não é o “privilegio” adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas — efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados [...] O que significa que essas relações aprofundam-se dentro da sociedade, que não se localizam nas relações do Estado com os cidadãos ou na fronteira das classes e que não se contentam em reproduzir ao nível dos indivíduos, dos corpos, dos gestos e dos comportamentos, a forma geral da lei ou do governo; que se há continuidade (realmente elas se articulam bem, nessa forma, de acordo com toda uma série de complexas engrenagens), não há analogia nem homologia, mas especificidade do mecanismo e de modalidade<sup>25</sup>.

Com efeito, o olhar lançado ao “aprofundamento” dessas relações desfaz uma forma cristalizada de leitura do nosso modo de consideração do poder e de sua codificação jurídica na lei, colocando-nos na condição do incômodo. E é certamente por esta razão que o poder, assim concebido, está presente também nas forças articuladoras de resistência. Os mecanismos e estratégias se tornam diversificados e já não podemos nos isentar frente ao dar-se conta desse mecanismo de cristalização da polarização do poder por meio do qual ele

---

<sup>23</sup> Cf. FOUCAULT, Op. Cit., p. 54-60.

<sup>24</sup> Cf. FOUCAULT, *Vigiar e punir*, p. 30.

<sup>25</sup> FOUCAULT, *Vigiar e punir*, p. 30.

se exerce. Estamos definitivamente arrancados para fora da perspectiva apaziguadora dos esforços de legitimação da prática política e não há retorno possível. Diante desta constatação, será necessário renunciar à oposição violência/ ideologia; à ideia de poder como propriedade; ao modelo do contrato ou da conquista, renunciar, em suma, ao primado do sujeito atuante, consciente, subjacente. Em suas três grandes formas de constituição histórica, o sujeito dá-se conta de sua condição de *efeito*.

A crítica das condições histórico-políticas iniciada pela arqueologia do saber nos retirou, de uma vez por todas, a possibilidade de remeter o poder ao seu sujeito unívoco, de identificar para aplacar a causa dos perigos e ameaças à nossa existência, abrindo-se o domínio de uma interrogação mais fundamental. Nela somos, ao mesmo tempo, articuladores e alvo do poder. É certo que não exercemos poder da mesma forma. É ainda mais certo que não sofremos, todos, sua ação, segundo uma mesma intensidade. Mas de toda maneira, ao se destituir o lugar universalizante do sujeito nas relações de poder, é contraditoriamente inevitável que recaia sobre *nós*, sujeitos humanos, na crítica de nosso presente histórico, a necessidade de haver-se com essa capacidade ambígua de exercer poder e de sucumbir a ele, o que inadvertidamente subjaz aos repercutidos discursos contemporâneos sobre “empoderamento”.

Do ponto de vista da *exterioridade* e da *inversão* das polarizações cristalizadas nos grandes temas aglutinadores, torna-se possível a constatação de uma trama descontínua do exercício de poder e das formas de governo de indivíduos e populações. Da arqueologia à genealogia, aprendemos por meio das relações e da malha de relações postas em evidência que a identificação das intenções obtusas do grupo “no poder” não é suficiente para destrinçar o problema mais complexo de nossa relação com a verdade e com o próprio poder e a questão dos procedimentos de normalização das condutas. Detalhando as características dos mecanismos de segurança voltados à gestão das populações que se ampliam de forma determinante a partir do século XVIII, Foucault diz:

Sejam as novas formas de pesquisa urbanística, seja a maneira de impedir a escassez ou, pelo menos, de controlá-la, sejam as maneiras de prevenir as epidemias, seja lá como for, esses mecanismos têm o seguinte em comum: eles tentam fazer uns e outros agirem, mas sem que se trate, de maneira nenhuma, em todo caso não primeiramente e de modo fundamental, de uma relação de obediência entre uma vontade superior, a do soberano, e as vontades que lhe seriam submetidas. Trata-se ao contrário de fazer os elementos de realidade funcionarem *uns em relação aos outros* [...] Esses mecanismos também tendem a uma anulação dos fenómenos, não na forma da proibição, "você não pode fazer isso", nem tampouco "isso não vai acontecer", mas a uma anulação progressiva dos fenómenos pelos próprios fenómenos, Trata-se, de certo modo, de delimitá-los em marcos aceitáveis, em vez de impor-lhes uma lei que lhes diga não<sup>26</sup> [grifo meu].

Aprendemos que a polarização do poder e o modo como tendemos a nos encontrar isentos de seu exercício, como “destroços felizes”, é apenas mais um efeito desse poder que

---

<sup>26</sup> FOUCAULT, *Segurança, território, população*, p. 86.



individualiza ao mesmo tempo em que totaliza, num “duplo constrangimento”<sup>27</sup>. É que somente do ponto de vista da dispersão das formas de gestão e condução individuais e coletivas se torna patente o sentido mais radical da obediência à normalização. O eixo unilateral soberano-súdito oblitera os modos particulares de consolidação do aceitável e do recusável, do normal e do anormal, que paira na dinâmica circulante do poder, expressa em relações muito mais complexas, que circunscrevem os indivíduos em suas formas de existência.

### 3. AS *RELAÇÕES* MORAIS DOS SUJEITOS PARA CONSIGO MESMOS: PARA ALÉM DA INTERDIÇÃO

Também no que concerne ao tema da autoconstituição moral do sujeito, que Foucault desenvolve nos volumes dois e três da *História da sexualidade*, o ponto de partida fundamental é a recusa de um modelo paradigmático de interdição, qual seja a interrogação focada nos códigos morais. Ao retornar à Antiguidade grega, mais do que nos legar um campo de análise genuíno e fiel ao que deve ter sido a moralização, por parte dos gregos, de suas formas de conduta sexual, o autor desenvolve os termos de sua questão de fundo. Ela aponta para o preterimento da polarização proibido/ permitido como forma de questionamento sobre o porquê da moralização da conduta sexual pelas culturas ocidentais.

Ao questionar as razões pelas quais teria o comportamento sexual assumido a forma de uma preocupação moral, o que está em questão não é uma condenação das circunscrições cerceadoras da sexualidade, comuns tanto aos gregos quanto aos modernos – como a qualquer forma de sociedade –, mas que tais circunscrições digam respeito a algo mais complexo que a simples proibição de determinados tipos de práticas. Aquilo que Foucault chama inadvertidamente, e de maneira não suficientemente clarificada, a “substância ética”, não aponta para outra coisa que para uma relação – aquela que o sujeito moral estabelece consigo mesmo:

Sei que uma resposta ocorre de imediato: é que eles [o comportamento sexual, as atividades e os prazeres a ele relacionados] são objeto de interdições fundamentais cuja transgressão é considerada falta grave. Mas isso seria dar como solução a própria questão; e, sobretudo, implicaria desconhecer que o cuidado ético a respeito da conduta sexual não está sempre, em sua intensidade ou em suas formas, em relação direta com o sistema de interdições; ocorre frequentemente que a preocupação moral seja forte, lá onde precisamente não há obrigação nem proibição. Em suma, a interdição é uma coisa, a problematização moral é outra<sup>28</sup>.

Foucault explana as possibilidades de se empreender a problematização moral dos prazeres apontando que toda ação moral, além de envolver uma relação com o real, uma relação com o código (e, conseqüentemente com a interdição), diz respeito também a uma

---

<sup>27</sup> Cf. FOUCAULT, O sujeito e o poder. In: DREYFUS, RABINOW. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*, p. 239.

<sup>28</sup> FOUCAULT, *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*, p. 15-16.

*relação a si*. Nela, a constituição de si como sujeito moral, que envolve a definição de uma posição para si mesmo relativamente à norma e aos outros, torna possíveis formas de reconhecimento, mas também modos de transformação, de aperfeiçoamento e de realização moral de si. Para além da região permitido/proibido (já confrontada na *Vontade de saber* (1976) pela recusa à repressão como sentido maior do exercício de poder no que concerne à sexualidade), Foucault, ainda uma vez, abre um campo mais amplo e complexo de análises, aquele das formas de *estilização* de si.

Se a referência à noção de sujeito ou de subjetividade de que ele se vale, num olhar lançado retroativamente ao pensamento grego, pode escapar tanto a uma apreensão anacrônica como a uma retomada do que a arqueologia do saber desconstruiu em torno da figura do sujeito moderno é porque ela diz respeito a uma relação, antes que a uma identidade. Sem dúvida, não podemos desconsiderar que toda essa problematização acerca da sexualidade deve-se ao empenho de modificações profundas no projeto anteriormente previsto<sup>29</sup>. Ou seja, há como propósito maior na *História da sexualidade*, volumes dois e três, um interesse distinto e que põe a operar conceitos não passíveis de serem hauridos até o desenvolvimento da noção de *governo*.

Não é, com efeito, na esteira da noção de acontecimento, ou de enunciado, dentro de um jogo de regularidades e de práticas discursivas no interior de um regime, que a *História da sexualidade* se desenrola. Ademais, a ênfase conferida ao exercício de certa liberdade, por parte do sujeito, é estranha aos termos das problematizações desenvolvidas anteriormente. É, no entanto, por meio de certas relações estabelecidas consigo mesmo, extraídas de formulações encontradas nos textos de Platão, Aristóteles e Xenofonte, e que envolvem as relações agonísticas intrínsecas e o valor da temperança e do domínio de si no exercício da sexualidade, que se torna possível uma ética do *cuidado de si*. Da mesma forma, é por meio dessas mesmas relações que, do ponto de vista dessa ética do cuidado, as relações políticas são estabelecidas, uma vez que a relação a si interfere diretamente na relação com a alteridade. O sujeito ético só se constitui moralmente de forma consonante com o envolvimento político do cidadão na pólis.

Uma parada para repensar o que foi dito e suas implicações. Relações entre enunciados e discursos revelam-se sob a constatação de *como* determinadas condições históricas de possibilidade dos saberes e práticas discursivas dissolvem a figura soberana do sujeito a partir de suas intenções. Da mesma forma, a evidenciação dessas relações denega o sentido contínuo da história e do pensamento (filosofia, ciência) em seu desenrolar natural e progressivo, sustentado por temas, objetos, valores, a respeito de um mundo passivo e sem forma, a ser engendrado por uma atividade inaugural e constituinte. Relações entre indivíduos e instituições numa malha de práticas discursivas tornam simplista a explicação do exercício de poder por meio de seu caráter meramente repressivo ou opressor. O dispositivo, em sua multiplicidade heterogênea, dispõe, conduz, forja e estabelece uma gama muito mais complexa de relações que subjazem ao exercício do poder. Relações entre mecanismos de segurança e controle orientam e normalizam condutas, regulam a vida e a saúde, administram e distribuem populações. Relações do indivíduo consigo mesmo

---

<sup>29</sup> Cf. FOUCAULT, Op. Cit., p. 7-18.

preferem a forma binária da codificação moral entre o permitido e o proibido, abrindo um campo de problematização moral muito mais complexo por parte dos sujeitos.

Em todas essas articulações, o fator determinante é que a identificação de um foco, domínio ou autor como responsável pela produção do que é negativo para o sujeito, pois que o tolhe ou domina, é estagne para que se possam vislumbrar formas de insurgência ou afirmação. Torna impossível identificar que, se encontramos regularidades comuns nas formas de expressão do nosso desejo, não é tanto porque há uma verdade intrínseca a ele, mas porque estamos submetidas e submetidos a formas comuns de sua objetivação. Torna-se possível identificar, sobretudo, que nossas dificuldades em articular formas de resistência política residem na repetição, difícil de romper, da lógica polarizada, sintetizadora e excludente, que nos faz dimensionar mal e erroneamente a *forma* do exercício do poder. Se estamos tratando de relações assim complexas, a lógica que identifica a *encargo* de quem deixamos o proceder das estratégias é insuficiente, pouco podendo contribuir para a identificação do problema a ser combatido. É, portanto, ainda num recurso à *relação*, por meio da qual a própria noção de subjetividade pode ser compreendida, que Foucault identifica a possibilidade de “exercícios de autonomia em meio a práticas de sujeição”<sup>30</sup>.

Das formas de dispersão do sujeito constituente moderno ao sujeito das relações estabelecidas consigo mesmo, a crítica do presente de Foucault reúne os esforços de multiplicação dos âmbitos de atuação do poder e de ampliação do campo de problematização moral. Domínios que se abrem à subversão das formas instituídas das relações dos sujeitos com a verdade e das formas constituídas de sua subjetividade, para além dos esforços de “decifração” de uma verdade que lhe seria intrínseca. O “reconhecimento ontológico de si por si”<sup>31</sup> torna possível a *produção* da verdade numa relação com a liberdade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A potência da crítica foucaultiana, que se desdobra em articulações e momentos distintos, vislumbra a dissolução de polos estagnes de concentração da capacidade de criar, engendrar, bem como de destituir ou transformar. Foucault apela à função subversiva de uma forma permanente de crítica ao caráter simultaneamente totalizante e individualizante do poder ao qual estamos submetidos. Mas é nesse mesmo ponto que essa crítica, na forma de uma crítica do presente, encontra aí mesmo seus embaraços e suas maiores dificuldades. Pois que se o círculo da interdição e da consciência constitutiva é passível de ser dirimido pela ênfase nas dispersões da relação, pela descrição do *modo* e pelo apelo ao peso das condições históricas de possibilidade, é ainda muito incipiente a demarcação do campo em que se pode incitar e conclamar sujeitos, assim assujeitados, ao desfazimento de uma percepção institucionalizada do poder, da sujeição e da verdade.

É por meio da constatação da interdição e da proibição que a liberdade é usualmente intuída, é na identificação de intenções de má-fé que se articulam levantes ao poder exercido pelos sujeitos, é na identificação do ator responsável pela opressão, pelo mau governo, pela má gestão, que se unem forças de resistência. Como pensar, nesses termos, a potência da

---

<sup>30</sup> Cf. KRAEMER, *Ética e liberdade em Michel Foucault: um leitura de Kant*, p. 271.

<sup>31</sup> FOUCAULT, *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*, p. 105.

crítica do presente de Foucault face às formas consolidadas de levante político? Das formas institucionalizadas de ensino e formação sobre do que se trata nossa ontologia histórica? Como articular a potência da crítica histórica ao fervor do levante político haurido na necessidade e na exploração?

De um lado, é preciso não ignorar, *malgré* Foucault, o que a história revela nas articulações políticas de sublevação formadas nos regimes tradicionais de representação e atuação política, que nos legou a nossa forma de vida atual, de nossas relações de poder, do nosso modo de produção, e suas formas de dominação e assujeitamento. De outro, é patente o encurtamento na observação das estratégias de poder na ausência da formação crítica. Leia-se *crítica* não apenas no sentido do questionamento, mas de consideração do que efetivamente está implicado na interrogação de ordem crítica: o condicionamento histórico, a complexidade das *relações* aí implicadas, os *modos* por meio dos quais se tornou possível a forma presente do que somos, pensamos e fazemos. Diz Foucault:

Se provisoriamente atribuo um certo privilégio à questão do ‘como’, não é que eu deseje eliminar a questão do quê e do porquê. É para colocá-las de outro modo; ou melhor: para saber se é legítimo imaginar um ‘poder’ que reúne um ‘quê’, um ‘porquê’ e um ‘como’. *Grosso modo*, eu diria que começar a análise pelo ‘como’ é introduzir a suspeita de que o ‘poder’ não existe; é perguntar-se, em todo caso, a que conteúdos significativos podemos visar quando usamos este termo majestoso, globalizante e substantificador; é desconfiar que deixamos escapar um conjunto de realidades bastante complexo<sup>32</sup>.

É então também nas dispersões ou ainda na identificação dos arranjos constituintes que se podem formar as matrizes de problematização do pensamento contra formas simplistas e polarizadas de leitura e ação. Há algo de determinante nas relações estabelecidas entre enunciados, sujeitos, poderes e liberdades: é que são, como em todo convite à crítica permanente, temporárias, revisáveis e, nesses termos mesmo, insurgentes contra a consolidação das instituições políticas.

#### **FORMATION, SCOPE AND SETBACKS OF THE ARCHEOLOGY OF KNOWLEDGE: THE POLITICS OF *RELATIONS* IN THE HISTORICAL CONDITIONS OF POSSIBILITY**

Abstract: In this article, I propose to analyze some moments of Foucault's production in which one expresses a way of directing the reflection on truth to the relations between homogeneous or heterogeneous elements involved in it. Such direction points to the development of a politics of truth that, however, is already present in the production of the archaeological period. At first, I expose the terms of a turning point in the context of the formation of the archaeological method, as well as the dispersion of the so-called "synthesis operators" into "discursive regularities". Such questions, on the one hand, make visible the complex range of "enunciative politics" intrinsic to the discourses, but, on the other hand, result in embarrassments inherent in the archaeological effort, a movement that

---

<sup>32</sup> FOUCAULT, *O sujeito e o poder*, p. 240.

is repeated in the refusal of the juridical-discursive model by the Genealogy of Power. I, then, examine this repetition, exposing in which sense power, thought rather as a *relation* than as a property, repeats the directing towards the exteriority and the regularities of the discursive practices. Finally, I present some considerations about the moral field of the relationships undertaken by the subject with himself in the ethics of the care of the self, which goes beyond the model of interdiction in the core of moral problematization. All these movements are expressive of a history of the present whose form of displacement of truth reveals its critical potential and scope, but also certain embarrassments and difficulties.

Keywords: Foucault – archeology of knowledge – power – relations – history of the present.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DREYFUS, Hubert. RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

ERIBON, Didier. *Michel Foucault*. Paris: Flammarion, 2011

FOUCAULT, Michel. *Maladie mentale et personnalité*. Paris: Presses Universitaires de France, 1954a.

\_\_\_\_\_. [1969] *A arqueologia do saber*. Trad.: Luiz Felipe B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso* [1971]. Trad. Laura F. de A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir* [1975]. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 2014.

\_\_\_\_\_. [1984a] Préface à l'Histoire de la sexualité. In: *Dits et écrits II (1976-1988)*. Paris : Gallimard, 2001. p.1397-1403

\_\_\_\_\_. [1984b] Le retour de la morale. In: *Dits et écrits II (1976-1988)*. Paris : Gallimard, 2001. p. 1515-1526

\_\_\_\_\_. [1985]. *La vie, l'expérience et la Science*. In: *Dits et écrits II (1976-1988)*. Paris : Gallimard, 2001. p.1582-1595.

\_\_\_\_\_. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade II: O uso dos prazeres* [1984]. Trad. Maria T. da C. Albuquerque e J.A G. Albuquerque. São Paulo: Paz e terra, 2014.

KRAEMER, Celso. *Ética e liberdade em Michel Foucault: um leitura de Kant*. São Paulo: FAPESP/ EDUC, 2011.

